



CLIPPING



10 de
Dezembro
2021

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER DIÁRIO

Os cartórios brasileiros registram nos últimos meses um aumento de 67% na validação de documentos de brasileiros para viver no exterior. Pandemia e crise econômica aceleram a busca pelo apostilamento - validação de documentos para uso no exterior - principalmente os relacionados à dupla cidadania e formação internacional. As dificuldades enfrentadas pela população na fase aguda da pandemia, aliada à perda do poder aquisitivo das famílias em face da desvalorização da moeda, tem feito com que cada vez mais brasileiros busquem a vida no exterior.

VISTOS

Dados do Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal (CNB/CF), entidade que reúne os cartórios de notas do país e administra a plataforma de apostilamentos, mostram que entre junho e novembro de 2021 foram realizados mais de 912 mil apostilamentos, enquanto no mesmo período do ano passado foram validados 544 mil documentos. Quanto à solicitação de vistos para estudo ou processos de dupla cidadania, o crescimento foi de 131%, passando de 299,5 mil no segundo semestre do ano passado, para 693 mil no mesmo período de 2021.

TRANSPORTE

Portaria publicada no Diário Oficial do Estado de terça-feira (7) criou no âmbito do Ministério Público do Estado (MPPA) o GT Conflitos de Transporte de Passageiros e Cargas nos Rios do Pará para atuar na identificação da demanda e oferta de passageiros e cargas, portos, terminais hidroviários, linhas e embarcações, assim como fiscalizar os problemas no transporte fluvial. O GT Navegação será coordenado por um membro do MPPA que exercerá as funções de coordenador do Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



O governador recebe a medalha no grau Grã-Cruz

FOTO: RICARDO LIMA/TJPA

Helder recebe medalha do Mérito Judiciário

HOMENAGEM

Em solenidade realizada no Plenário Des. Oswaldo Pojucan Tavares, o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), por meio de sua presidente, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, agraciou personalidades e instituições com a medalha da Ordem do Mérito Judiciário. A honraria, instituída pela Resolução nº. 8/2005, é concedida a magistrados, militares, autoridades públicas, servidoras, servidores e professores que se tornaram referência para o Poder Judiciário paraense. A cerimônia foi realizada em formato híbrido em atenção às medidas sanitárias de prevenção da Covid-19.

A mesa oficial foi formada pelo governador do Estado do Pará, Helder Barbalho; pelo presidente da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), deputado Francisco Melo Filho; pelo procurador-geral de Justiça, César Mattar Jr.; pelo vice-presidente do TJPA, desembargador Ronaldo Marques Valle; e pelo presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e do Conselho dos Tribunais de Justiça, Voltaire Moraes.

O governador do Pará, Helder Barbalho, recebeu a medalha da Ordem do Mérito Judiciário no grau Grã-Cruz pelo Governo do Estado. “A gratidão do Governo do Pará, não apenas por este reconhecimento, mas, acima de tudo, pela harmonia e pela parceria e por estarmos trabalhando, cada um em suas atribuições, cada um com as suas devidas independências”, afirmou.

Em discurso, a presidente do TJPA, desembargadora Célia Pinheiro, afirmou que a outorga da medalha foi um momento especial, pois o ano foi de desafios, perdas e recomeços. “É hora de celebrarmos a Justiça, o Poder Judiciário do Pará e o Estado Democrático de Direito, valores e ideais pelos quais tanto lutamos. O Dia da Justiça, comemorado ontem, 8 de dezembro, em todo o território nacional, foi instituído pela Lei nº. 1.408, de 9 de agosto de 1951, pelo então presidente Getúlio Vargas. A data é celebrada desde os anos de 1940 e foi escolhida em referência à Nossa Senhora da Conceição, além de homenagear a todas e a todos que integram o sistema de Justiça”, explicou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPF avalia contrato entre Inbra e mineradora

LEVANTAMENTO

O Ministério Público Federal (MPF) está promovendo uma série de reuniões para levantamento de dados sobre o acordo entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra) e a empresa Belo Sun, interessada em implantar projeto de mineração em Senador José Porfírio, no Pará.

O acordo prevê que o Inbra vai reduzir a área de um projeto de assentamento na região de interesse da mineradora em troca de uma fazenda em Luciara (MT) e de veículos e equipamentos eletrônicos. O MPF quer avaliar detalhes da propos-

ta e, se necessário, buscar uma solução extrajudicial para correção de eventuais irregularidades.

Nesta quinta-feira (9) foi realizada reunião entre o MPF, Inbra, Belo Sun e Defensoria Pública da União (DPU). Nesta sexta-feira haverá reunião entre o MPF e movimentos sociais, e no próximo dia 16 voltam a se reunir o MPF, Inbra, Belo Sun e DPU, e desta vez o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) também será convidado a enviar representante.

Para o procurador da República Gilberto Batista Naves Filho, são necessários esclarecimentos sobre o acordo firmado

entre o Inbra e a empresa Belo Sun, especialmente para esclarecer as contrapartidas e as medidas aos demais assentados possivelmente afetados. "O MPF, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade, bem como considerando o empenho do Inbra e da empresa na prestação de esclarecimentos, buscará primeiramente solução extrajudicial", explica.

O procurador da República Gilberto Batista Naves Filho sugeriu ao Inbra que a autarquia avalie a possibilidade de suspender os efeitos do acordo até que sejam finalizadas as tratativas com as

instituições participantes da reunião desta quinta-feira. As informações prestadas pelo Inbra e pela mineradora serão analisadas para a definição das medidas a serem tomadas pelo MPF.

Na reunião desta quinta-feira, entre outras respostas o MPF solicitou ao Inbra informações sobre as medidas adotadas quanto aos assentados do projeto de assentamento Ressaca que estariam circunscritos na localidade onde se pretende instalar o empreendimento mineário e sobre qual a avaliação dos impactos que serão suportados pela população e medidas para mitigar esses impactos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Museu do Judiciário celebra 50 anos

Programação de palestras, exposição virtual e apresentação cultural marcam os festejos

MEMÓRIA

Will Montenegro

ESPECIAL PARA O VOCÊ

O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) celebra meio século do Museu Judiciário, inaugurado em 8 de dezembro de 1971 como o primeiro museu estadual de Justiça no Brasil, tendo como missão valorizar e preservar o patrimônio histórico, memorial, artístico e cultural do Judiciário paraense. Para marcar a data, o TJPA, por meio da Escola Judicial, realiza hoje, a partir das 9 horas, no prédio-sede Lauro Sodré, Anexo I (Av. Almirante Barroso), uma programação de palestras.

A abertura contará com a participação da presidente do TJPA, a desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, e de integrantes da Comissão de Gestão e Memória (CGM). A celebração será feita de forma híbrida-presencial com transmissão on-line para a maior participação da sociedade.

As 9h30, haverá a palestra do juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo e membro do Programa Nacional de Memória do Poder Judiciário (Proname), Carlos Alexandre Bottecher, seguida das palestras "Amazônia e Cultura: o Brasil e o sistema internacional contemporâneo", ministrada pelo Prof^o Dr. José Niemeyer e "Monteiro Lopes: meio século de resistência do



Considerado o primeiro museu estadual da Justiça no Brasil, o memorial foi criado para valorizar e preservar a história do Judiciário paraense. FOTO: ERIKA NUNES/DELLAÇÃO

Museu do Judiciário", com a historiadora e servidora aposentada do TJPA, Cássia Saraiva Pinto.

Entre 10h50 e 11h20, haverá um debate mediado por Armando Sobral, diretor do Sistema Integrado de Museus e Memórias do Estado (SIMM). A partir das 11h20, haverá o lançamento da exposição virtual "Perdas, memórias e recomeços", cujo intuito é homenagear magistradas, magistrados, servidores, servidores, colabora-

doras e colaboradores que perderam a vida em decorrência da pandemia de covid-19. O memorial virtual busca também fomentar discussões e reflexões acerca de espaço, memória e tempo, relacionados à instituição judiciária em meio ao contexto pandêmico atual. Por fim, o evento será encerrado com a programação cultural, com o grupo "Escambau a três".

Segundo a juíza Gisele Camargo Leite, integrante da Comissão da Gestão

da Memória do TJPA, há 50 anos o Museu do Judiciário paraense desenvolve um trabalho primoroso na preservação da história e da memória institucional da Justiça no Pará. "Demarcar este momento histórico desde a inauguração do Museu, por meio de um ato comemorativo, é também reafirmar que o Tribunal de Justiça do Pará está engajado e comprometido com esta história e memória. A criação da Comissão de Gestão da Memória,

da qual faço parte, é outro meio de reiterar este compromisso", diz ela.

A juíza assinala que a programação comemorativa desta sexta-feira foi pensada com muito carinho, para montar uma manhã de aprendizado, com discussões sobre a história e memória no Poder Judiciário, ressaltando temas como cultura, cidadania e os museus no âmbito do judiciário brasileiro, além do relato das experiências vivenciadas pelo Museu longo desses anos.

ACOMPANHE

50 Anos do Museu do Judiciário Paraense

Quando: Hoje, a partir das 9h.

Onde: TJPA - prédio-sede Lauro Sodré, Anexo I (Av. Almirante Barroso - Marco) e on-line, pela plataforma de ensino do TJPA.

(apps.tjpa.jus.br/esm)

Quanto: Acesso gratuito, mas é preciso fazer a inscrição na plataforma.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Promotoria realiza primeiro acordo de não persecução penal

NOVO PROGRESSO

DA REDAÇÃO

A Promotoria de Justiça de Novo Progresso realizou o primeiro Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) em audiência de custódia no município. A audiência foi realizada na terça-feira (7) pela manhã, por meio de videoconferência em plataforma digital. O acordo de não persecução penal proporciona celeridade na resolução dos casos considera-

dos menos graves e a priorização do sistema de justiça para os casos mais graves.

O acordo foi feito pelo promotor de Justiça Alan Johnes Feitosa, na presença do juiz Thiago Fernandes dos Santos. O caso envolve um homem de 28 anos preso em flagrante pelo crime de furto, mas que não possui antecedentes criminais. O ANPP pode ser realizado quando o delito em questão for a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a quatro anos, como neste caso.

No acordo, o acusado aceitou a proposta confessando, voluntariamente, ter cometido o delito do dia 5 de dezembro, e deverá destinar \$400 reais a uma instituição assistencial, em até 10 dias, após ser escolhida pelo juiz. O cumprimento dessas obrigações deve ser confirmado por meio de comprovante de pagamento. Além disso, ele também se comprometeu a manter o Ministério Público informado sobre qualquer alteração de endereço, número de telefone ou email. Caso não possa cumprir o acordo, o acusado deve apresentar

imediatamente um documento com a justificativa.

Por meio do acordo, o MPPA promove a extinção da punibilidade, conforme previsto no art. 28 do Código de Processo Penal. Porém, caso o combinado seja descumprido sem justificativa, poderá haver rescisão do acordo e retomada do curso processual.

O QUE É

Em 2019, a celebração de acordos de não persecução penal foi regulamentada por meio do Provimento N°1/2019 MP-PGJ-CGMP. Com a entrada em

vigor da Lei Anticrime, em janeiro de 2020, também passou a ser regulado pelo artigo 28-A do CPP. O ANPP já estava previsto na resolução 181 de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e já vem sendo aplicado.

O acordo gera economia processual e celeridade na realização da Justiça, reduzindo gastos públicos e a demora na tramitação de processos no poder judiciário. (Ascom)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Acusados da morte de conselheiro tutelar são absolvidos

ITUPIRANGA

Da Redação

Os acusados de envolvimento na morte do conselheiro tutelar de Itupiranga município localizado a 50 quilômetros de Marabá no sudeste paraense, Rondinele Wagner Salomão Maracaípe, assassinado no dia 11 de janeiro de 2017, foram absolvidos durante Tribunal de Júri realizado em Belém.

Três policiais militares e um cidadão comum foram absolvidos do crime; um quatro PM aguarda julgamento de recurso. O Júri Popular aconteceu em Belém no mês de novembro.

Os quatro foram absolvidos das acusações de homicídio e tentativa de assassinato de outro conselheiro, Jorge Edilson Ferreira da Silva, que foi baleado na época. Também foram inocentados das acusações de coação no curso do processo e milícia.

Os absolvidos foram Rony

Marcelo Alves Paiva, Webert Santana da Silva, Allan Douglas Branco Rodrigues, e Railson Oliveira da Luz, este último não é policial, mas teria sido apontado na investigação envolvendo a morte do conselheiro como sendo um dos olheiros dos policiais.

Este resultado do julgamento é fruto de intenso trabalho dos advogados de defesa, que conseguiram convencer os sete jurados da inocência deles envolvendo o crime.

O advogado criminalista e

especialista em Tribunal do Júri, Arnaldo Ramos, que atuou na defesa de Rony Marcelo contou que a investigação não apontou indícios suficientes contra o cliente dele.

Para o advogado, o fato de o júri ter ocorrido em Belém, permitiu a verdade dos fatos. "Se este julgamento ocorresse em Itupiranga, todos os acusados seriam condenados, pois o ambiente já estava desfavorável aos acusados, ademais, não tinha prova suficientes para condená-los,

tanto que conseguimos provar a inocência do meu cliente", afirma.

Este caso envolvendo a morte do conselheiro teve diversos desdobramentos. Um dos acusados, o Elvis Fernandes da Silva foi impronunciado, uma vez que a Justiça não conseguiu associar o nome dele ao crime.

Já o outro policial militar PM João Oliveira, aguarda recurso no caso do conselheiro. Ele também é á acusado de envolvimento na morte do advogado Danilo Sandes, assassinado em julho de 2017. O PM está preso em Araguaína. (Com informações de Juscelino Ferreira, de Itupiranga e Edinaldo Sousa)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

FIM

Vida bandida de jovem chega ao fim tragicamente no interior no Pará; entenda

A vítima não portava documento de identificação, mas de imediato os policiais suspeitaram que se tratava de Mateus

10 DEZ 2021 - 09H10 | ATUALIZADO 10 DEZ 2021 - 09H22 | Compartilhar 1



Doze passagens pela polícia. Este era o cartel de Mateus Aguiar Santos, de 20 anos de idade, que foi encontrado morto na manhã desta quarta-feira, 8, em uma das ruas do Bairro Araguaia, periferia da Nova Marabá. Uma bala na cabeça, em clara demonstração de execução, pôs fim à vida de crimes que ele levava.

De acordo com o delegado Toni Rinaldo Rodrigues de Vargas, titular da Delegacia de Homicídios, a DP especializada foi informada, sobre o homicídio ocorrido na rua paralela à Avenida das Torres, bairro Araguaia (conhecido como ocupação da Fanta). Não havia muitos populares no local, provavelmente em virtude da forte chuva que caiu sobre a cidade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A vítima não portava documento de identificação, mas de imediato os policiais suspeitaram que se tratava de Mateus, pois ele já tinha várias passagens pela polícia, de modo que já era figura bastante conhecida no meio policial.

A última prisão de Mateus aconteceu no dia 28 de setembro deste ano. Em companhia de mais três elementos, ele assaltou uma loja de equipamentos militares na Nova Marabá. Mas acabou preso em companhia de um comparsa, em uma moto roubada. A prisão aconteceu justamente no Bairro Araguaia, local onde ele morreria 71 dias depois.

Antes disso, outra passagem famosa de Mateus ocorreu em março do ano passado. Depois de cometer um furto na Folha 29, ele foi descoberto em Morada Nova e levou uma surra de populares. Só não morreu porque a Polícia Militar agiu rápido e o levou para a delegacia de Polícia Civil, sendo encaminhado a audiência de custódia, onde foi liberado pelo Poder Judiciário.

Ou seja, naquele dia Mateus escapou de um linchamento e também da prisão. Mas agora não conseguiu escapar de pessoas iguais a ele.

Com informações do portal Correio de Carajás

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

LEVANTAMENTO

MPF levanta informações sobre contrato entre Incra e mineradora no Pará

10 DEZ 2021 - 07H38 | ATUALIZADO 10 DEZ 2021 - 07H38 | Compartilhar 1



Crédito: Reprodução/Agência Pública

O Ministério Público Federal (MPF) está promovendo uma série de reuniões para levantamento de dados sobre o acordo entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a empresa Belo Sun, interessada em implantar projeto de mineração em Senador José Porfírio no interior do Pará.

O Incra, órgão federal responsável pela reforma agrária, decidiu reduzir a área de um assentamento criado há 22 anos no Pará para abrir espaço à mineração. O projeto, concebido para ser o maior empreendimento de exploração de ouro no País, tem como alvo as bordas do Rio Xingu, logo abaixo da barragem da hidrelétrica de Belo Monte, área que já sofre com o controle de água da usina.

O Incra concordou em reduzir uma área de 2.428 hectares, cortando o território do assentamento Ressaca e da gleba Ituna, onde vivem cerca de 600 famílias,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

na região do município de Senador José Porfírio no Pará. Em troca, receberá uma fazenda a mais de 1.500 quilômetros dali, em Luciara (MT), às margens do Araguaia.

O acordo aponta o repasse ao Incra da Fazenda Ricaville, com 1.898 hectares. A negociação determina ainda que a Belo Sun compre, para o Incra, duas caminhonetes com tração 4x4 e de cabine dupla, dez notebooks, dez tablets, quatro scanners e quatro aparelhos GPS do tipo "RTK".

Nesta quinta-feira, 9, foi realizada reunião entre o MPF, Incra, Belo Sun e Defensoria Pública da União (DPU). Nesta sexta-feira, 10, haverá reunião entre o MPF e movimentos sociais, e no próximo dia 16 voltam a se reunir o MPF, Incra, Belo Sun e DPU, e desta vez o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) também será convidado a enviar representante.

Com informações do MPF

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Mulher que participou de latrocínio do sogro tem habeas corpus negado pela justiça

Crime, que chocou os moradores de Altamira, também tem participação da filha da vítima



O Liberal

09.12.21 17h21



Débora Macieira de Andrade teve o pedido de habeas corpus negado durante uma Seção de Direito Penal do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). A ré é acusada de participar do latrocínio – quando há roubo seguido de morte - do próprio sogro. O caso que chocou os moradores de Altamira, no sudoeste paraense, também contou com a participação da filha da vítima. A sessão foi transmitida por videoconferência na última segunda-feira (6), sob a presidência do desembargador Mairton Marques Carneiro.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

LEIA MAIS

Na época do crime, Débora era namorada de Maria Etiany da Silva Rodrigues, filha de João Eduardo Rodrigues, de 66 anos, morto em 2 de fevereiro deste ano, em Altamira. O açougueiro morreu durante um latrocínio planejado pela filha em que os criminosos levaram R\$ 30 mil. Débora foi presa em 1º de março deste ano acusada de participar do plano macabro.

Entre os argumentos da defesa da ré, foi sustentado que faltou fundamentação na justificativa da prisão preventiva, além do fato de que Débora sempre esteve colaborando com as autoridades policiais. A defesa também ressaltou que não há qualquer prova concreta de que a ré fugiria para o Espírito Santo e que tal informação só foi obtida em depoimento da filha de Maria Etiany, que nunca gostou de Débora. O possível planejamento de fuga, segundo o advogado, foi um dos principais motivos que fez o juízo de Altamira converter a prisão de Débora de temporária para preventiva.

Porém, os desembargadores acompanharam à unanimidade o voto da relatora do HC, desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira, que não acatou os argumentos da defesa “haja vista que a periculosidade evidenciada da agente externada pelo modus operandi da conduta por ela desenvolvida, na companhia de outros cinco corréus”.

Ainda segundo a desembargadora relatora, diante da materialidade e indícios suficientes de autoria delitiva identificado nos autos, “justifica de forma bastante satisfatória a necessidade de ser garantida a ordem pública diante da periculosidade concreta da ré à sociedade, externada pela notória gravidade do crime”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Relembre o caso

João Eduardo Rodrigues, de 66 anos, foi assassinado no dia 2 de fevereiro deste ano, por volta das 5h da manhã, quando o açougueiro saía de casa com destino ao trabalho. Neste momento, um homem armado apareceu na porta da residência, localizada na rua Acesso 9, no Bairro Sudan I, e anunciou o assalto.

A vítima foi levada até o interior da casa e obrigada a entregar uma sacola onde estava a quantia de aproximadamente R\$ 30 mil. Após pegar o dinheiro, o assaltante disparou um tiro de arma de fogo na vítima e fugiu. João Eduardo morreu pouco tempo depois de receber atendimento médico. Segundo informações da Polícia Civil, após o crime, a filha da vítima, Maria Etiany da Silva Rodrigues, se apresentou na Seccional de Altamira e informou como foi o planejamento do crime que, inicialmente, seria apenas um roubo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Homem é preso em operação da PC que investiga golpes por SMS no Pará

Durante a operação, também foram cumpridos cinco mandados de busca e apreensão



O Liberal

09.12.21 16h28



Um homem foi preso durante uma força-tarefa deflagrada nesta quarta-feira (8) pela Polícia Civil, por meio da Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos (DECCC). A Operação "Smishing" deu cumprimento a cinco mandados de busca e apreensão - e um de prisão temporária - contra investigados pela prática dos crimes de estelionato e associação criminosa. A ação policial ocorreu no município de Santana do Araguaia, no sudeste paraense. Durante a operação, um homem foi preso preventivamente e cinco mandados de busca e apreensão foram cumpridos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Segundo a PC, os golpes investigados são de uma modalidade denominada "smishing", uma forma de phishing que usa telefones celulares como plataforma. O criminoso executa o ataque com a intenção de coletar informações pessoais, incluindo seguro social ou números de cartão de crédito.

Neste caso, o grupo criminoso enviava mensagens de SMS às vítimas, que acessavam o link e preenchiam o formulário de uma suposta atualização cadastral bancárias. Com os dados digitados, os criminosos invadiram as contas.

"Recebemos as denúncias de vítimas que tiveram suas informações bancárias violadas por criminosos, que de posse dos dados realizaram empréstimos e transferências de diversos valores para contas de outras pessoas, com prejuízos em torno de R\$ 800 mil", informou Thiciane Maia, delegada titular da DECCC.

Coordenadora das diligências, a delegada Maria de Fátima dos Santos detalhou que as investigações duraram três anos. "As investigações da Divisão de Combate a Crimes Econômicos e Patrimoniais Praticados Por Meio Cibernéticos (DCEP) iniciaram no ano de 2019, e com o apoio de agentes do Núcleo de Investigação (NAI) e da 13ª Região Integrada de Segurança Pública, conseguimos efetivar a ação".

Para Walter Resende, delegado-geral de Polícia Civil, a busca pelo conhecimento e a constante qualificação para combater a criminalidade e os perigos dos crimes cometidos no ambiente digital, e consequente elucidação de crimes, mostram que a Polícia Civil do Pará está atenta ao combate à modalidade cibernética. "Oferecemos diversas capacitações aos servidores, cujo objetivo é compartilhar as experiências profissionais adquiridas pela DECCC, além de disponibilizar aos discentes participantes, a busca pelo conhecimento, métodos e técnicas necessárias para a elucidação dos crimes", acrescentou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Polícia prende integrante de trio que roubou R\$ 40 mil de lotérica no Pará

Mandado de prisão foi cumprido nesta quinta-feira (9). O caso ocorreu no município de Cachoeira do Arari, na ilha do Marajó.



O Liberal

09.12.21 14h38



A Polícia Civil cumpriu, nesta quinta-feira (9), um mandado de prisão preventiva contra um homem acusado de envolvimento no assalto a uma lotérica. O crime ocorreu no município de Cachoeira do Arari, no arquipélago do Marajó, em novembro deste ano. Na ocasião, foram levados R\$ 40 mil pelos assaltantes.

Segundo apontam as investigações da PC, três homens coordenaram e realizaram a ação criminosa em um estabelecimento no centro da cidade. Dois dos envolvidos no assalto já haviam sido presos anteriormente por agentes civis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A identidade dos acusados não foi informada pelas autoridades policiais. Não foi detalhado se alguém ficou ferido durante o assalto.

Após os procedimentos cabíveis, todos os três presos seguem à disposição da justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Operação termina com 15 homens presos em São Miguel do Guamá

Os trabalhos buscaram combater roubos, tráfico de drogas, violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes



O Liberal

08.12.21 22h09



Todos os presos foram encaminhados ao Sistema Penal e estão à disposição do Poder Judiciário. (Divulgação / Ascom PCPA)

Quinze homens foram presos no município de São Miguel do Guamá, no nordeste paraense, durante a Operação "São Miguel em Paz", de combate a roubos, tráfico de drogas, violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes. A operação durou 15 dias e foi executada pela Polícia Civil, em parceria com a Polícia Militar. O último dia de ação foi na terça-feira (7).

Segundo o delegado Ronaldo Lopes, titular da delegacia de São Miguel do Guamá, no decorrer desse período, foram efetuadas prisões em flagrante delito. "O trabalho integrado com a PM e o Poder Judiciário contribuíram de forma

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

decisiva para o sucesso da ação. Foram dias de intenso trabalho, com o objetivo de levar mais segurança e paz aos moradores da região", informou o delegado.

As diligências percorreram diversas localidades do município e regiões vizinhas, com o objetivo de combater a criminalidade. Após os autos de prisão, todos os presos foram encaminhados ao Sistema Penal e estão à disposição do Poder Judiciário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br